

EL 3.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 2356/SQ/DACSM/CAAM/2016

DATA 19/07/2016

Enaidafina



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO PERMANENTE DE CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

Parecer conjunto relativo à Proposta n.º 327/2016

Constituição de direitos de superfície a favor da ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – Visitors & Convention Bureau (ATL), entidade gestora do futuro Museu Judaico de Lisboa, em cumprimento do Protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa, a ATL e a Comunidade Israelita de Lisboa, sobre três imóveis municipais e outro particular, a adquirir, sitos, respetivamente, na Rua de São Miguel n.º 43 tornejando para o Beco da Cardosa n.º 1, Beco da Cardosa n.º 3 e Largo de São Miguel n.ºs 6 a 10 tornejando para a Rua de São Miguel n.ºs 22 e 24 e Beco do Pocinho n.ºs 11 e 13, e Rua de São Miguel n.ºs 26, 26-A e 28

I – Nota Introdutória

Através da Proposta n.º 327/2016 (doravante designada por proposta), subscrita pelo Vereador Manuel Salgado e pela Vereadora Catarina Vaz Pinto, e aprovada por maioria na reunião de Câmara de 29 de junho de 2016 com 16 votos a favor (8PS,3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto contra (CDS/PP), submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa (AML) a apreciação da Constituição de direitos de superfície a favor da ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – Visitors & Convention Bureau (ATL), entidade gestora do futuro Museu Judaico de Lisboa, em cumprimento do Protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa, a ATL e a Comunidade Israelita de Lisboa, sobre três imóveis municipais e outro particular, a adquirir, sitos, respetivamente, na Rua de São Miguel n.º 43 tornejando para o Beco da Cardosa n.º 1, Beco da Cardosa n.º 3 e Largo de São Miguel n.ºs 6 a 10 tornejando para a Rua de São Miguel n.ºs 22 e 24 e Beco do Pocinho n.ºs 11 e 13, e Rua de São Miguel n.ºs 26, 26-A e 28.

Na sequência da entrada na AML da Proposta e da sua remessa pela Presidente a 5 de julho às comissões competentes em razão da matéria, a 1.ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, e a 7.ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto deliberaram emitir o seu Parecer, nos termos regimentais, até dia 25 de julho.

II) CONSIDERANDOS

Pretende-se a constituição de dois direitos de superfície a favor da ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA – *Visitors & Convention Bureau*, enquanto entidade gestora do futuro Museu Judaico de Lisboa (MJL), por documento particular autenticado ou escritura notarial, sobre quatro prédios urbanos, assinalados com os números 1 a 4 e delimitados a cor azul na Planta n.º 16/060/DMGP (cf. **Anexo VI**), para a construção do futuro Museu Judaico de Lisboa, nos termos seguintes:

- a) **Edifício do Centro de Documentação** – Composto pelo prédio urbano, número 1, sito ao Beco da Cardosa, n.º3, e pelo prédio urbano, número 2, sito à Rua de São Miguel, n.ºs 43-43A torneja para o Beco da Cardosa, n.º1, ambos a serem anexados, aos quais se atribui o valor de € 90.000,00 (noventa mil euros), apenas para efeitos de escritura e registo;
- b) **Edifício Museu** – Composto pelo prédio urbano, número 3, sito ao Largo de São Miguel, n.ºs 6 a 10 torneja para a Rua de São Miguel, n.ºs 22 e 24 e Beco do Pocinho, n.ºs 11 e 13, e pelo prédio número 4, sito à Rua de São Miguel, n.ºs 26 a 28, ambos a serem anexados, aos quais se atribui o valor de € 810.000,00 (oitocentos e dez mil euros), apenas para efeitos de escritura e registo.

Os direitos de superfície serão celebrados pelo prazo de 50 anos a contar da data da celebração do respectivo contrato.

2.1) Enquadramento

Desde a autonomização política portuguesa em 1143, que as minorias não cristãs vinham a acompanhar as vicissitudes de um reino em processo de construção de soberania e identidade, até à emissão do édito de expulsão, nos finais de 1496 e subsequente conversão forçada;

Desde então, a memória sefardita que se distinguiu pela prosperidade, caracterizada por uma permanência vital no território nacional, assim como os vestígios da identidade quotidiana, foram tomados e apagados, fruto da frágil coexistência com a maioria cristã;

A expulsão da comuna judaica lisboeta afectou de modo significativo a capital portuguesa, dada a relevância económica, social, fiscal e cultural, associadas à especificidade da vivência hebraica predominantemente no centro do meio urbano, determinante na organização da paisagem, cuja expressividade não se cingia à diferenciação toponímica – a *judiaria* e a *rua da judiaria* ou *dos judeus*;

O espaço urbano denominado *Judiaria de Alfama*, nas imediações da Judiaria Grande e Pequena, albergou, desde a época Medieval, uma das maiores comunidades judaicas, local e símbolo da história, simultaneamente gloriosa e trágica, dos judeus de origem portuguesa;

IS 3.

Em 2008, no meio do Largo de São Domingos, em Alfama, foi inaugurado um conjunto escultórico de três peças, evocativo dos 500 anos do morticínio por suspeita de judaísmo, ocorrido no mesmo local, onde se destaca o *Memorial às Vítimas do Massacre Judaico de 1506*, escultura esta que quer contribuir como um dos tributos, da Câmara Municipal de Lisboa, aos valores da tolerância, contra os atos indignos do fanatismo religioso;

A cidade de Lisboa é das poucas capitais europeias sem um museu judaico que reúna, valorize e promova o imenso espólio existente e, assim, conte a história do judaísmo português, integrante e determinante da História de Portugal, tanto a nível nacional como internacional;

Desde os anos 90, a Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) vem a perseguir o intento de dinamizar a criação de um Museu de História e Cultura Judaica em Lisboa e se propõe à materialização deste projecto;

São ainda objectivos da criação deste novo espaço museológico, a promoção e divulgação da cultura judaica contemporânea, potenciando o turismo cultural, o apoio e incentivo à investigação e ao desenvolvimento dos estudos judaicos em Portugal, contribuindo assim para combater a intolerância étnica e religiosa e valorizar as diferenças culturais e religiosas como património da Humanidade;

Em 2012, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) manifestou o apoio à realização do programa museológico judaico, ao divulgar a sua intenção de disponibilizar um edifício municipal em zona de relevância histórica da cidade, em plena Alfama, perto da ainda existente Rua da Judiaria e junto ao Largo de São Miguel;

O projecto inicial do Museu Judaico de Lisboa (MJL) deu entrada na CML como uma Operação Urbanística promovida pela Administração Pública, tendo sido a requerente a CML.

Assim, tratava-se de um projecto a promover pela Comunidade Judaica de Lisboa em terrenos cedidos pela CML à CIL, sediada na Rua Monte Olivete, 16 rlc, 1200-280 Lisboa.

A CML propôs ceder à CIL (conforme protocolo a ser acordado por ambas as partes) para o devido efeito os prédios localizados no Bairro de Alfama, sito no Largo de S. Miguel os n.ºs 6 a 10, Rua de S. Miguel, n.ºs 22 - 24 (Já demolido) e o Beco do Pocinho n.ºs 11-13.

Para a execução deste projecto de arquitectura a CML cedeu um levantamento já existente e realizado a pedido do Departamento Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana para a Unidade de Projecto de Alfama. Esse levantamento que serviu de base de trabalho apresentava algumas disparidades quanto a cotas de soleira e de cumeeira, para além de não se encontrar ligado à rede geodésica. O edifício n.º 6 foi demolido. Os restantes imóveis seriam igualmente demolidos.

Posteriormente uma proposta de projecto para o MJL foi sendo objecto de orientações técnicas da Comissão Técnica de Apreciação ao longo de algumas reuniões tidas para o efeito. Na reunião do dia 21 de Junho de 2012, esta mesma Comissão, criada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) e a CML considerou o projecto de arquitectura como "uma solução globalmente viável".

Em Outubro de 2015 surgiram finalmente condições de financiamento à construção e viabilização do projecto do MJL que vieram fomentar um novo projecto, com uma área construída maior para o museu, sustentado por um protocolo entre a CML, a CIL e a Fundação Patrick e Lina Drahi. (FPLD)

Parte da concretização da obra foi garantida pela autarquia, com uma candidatura da Rede das Judiarias Portuguesas à EEA Grants, um mecanismo europeu de financiamento.

Neste novo enquadramento protocolar o projecto do respectivo museu foi aumentado, através da aquisição do imóvel que faz o gaveto da Rua de S. Miguel com o Beco do Pocinho, constituindo o agora designado de Edifício 1, destinado à instalação do museu judaico.

Para além disso, acrescentou-se a área correspondente a um imóvel demolido situado na esquina da Rua de S. Miguel (n.º 43) e o Beco das Cardosas(n.º 37), designado de Edifício 2. Este último destina-se a Centro de Documentação e Serviços Administrativos, incluindo contabilidade e tesouraria

A concepção da actual solução teve como objectivo final integrar as características arquitectónicas da envolvente, maioritariamente habitacional, com uma parte edificada de traçado distinto demarcando uma identidade e funcionalidade de um novo tipo de ocupação.

Ao empreender a cidade como cosmopolita, multiétnica e multicultural, no início do presente ano, a CML comprometeu-se, publicamente, que a acção de reabilitação no edificado municipal para fins museológicos estaria concretizada no primeiro semestre de 2017, no total respeito pela autenticidade do núcleo histórico de Alfama e Colina do Castelo;

No contexto de concepção do futuro MJL, sequente do diálogo entre a CML e a CIL, torna-se necessário alocar ao desenvolvimento do projeto três prédios municipais, mas também um prédio particular ainda a adquirir, sem o que não se viabilizará a solução estudada e pretendida;

O estudo prévio apresentado previu que o edifício museológico central se situará nos prédios localizados ao Largo de São Miguel, n.ºs 6 a 10 tornejando para a Rua de São Miguel, n.ºs 22 e 24 e Beco do Pocinho, n.ºs 11 e 13, na posse do Município de Lisboa e à Rua de São Miguel, n.ºs 26 a 28, prédio particular, descritos na Conservatória do Registo Predial, respetivamente, sob o n.º 132 e o n.º 96, ambos da freguesia de São Miguel, com a área de 217,00 m² e com a área de 36,00 m² (cf. Anexo I e II);

Através da Proposta N.º 14/DMGP/DOP/16, aprovada pelo Senhor Vereador, Arquiteto Manuel Salgado, já está autorizada a aquisição do prédio particular situado à Rua de São Miguel, n.ºs 26 a 28, aguardando-se ainda no entanto a celebração do contrato de compra e venda e a desocupação integral do imóvel por parte do ainda proprietário, termos em que, como bem futuro, irá integrar o edifício museológico central destinado ao implemento do Museu Judaico de Lisboa (cf. Anexo III);

O prédio a transmitir ao Município de Lisboa deverá estar devoluto de pessoas e bens e liberto de quaisquer ónus e/ou encargos, aquando da celebração da escritura de compra e venda, tendo sido estipulado um prazo máximo de 120 dias;

O mesmo estudo concebeu para os prédios situados à Rua de São Miguel, n.ºs 43-43A torneja para o Beco da Cardosa, n.º1 e para o Beco da Cardosa, n.º3 descritos na Conservatória do Registo Predial, respectivamente, sob o n.º 78 e o n.º 68, ambos da freguesia de São Miguel, com a área de 30,00 m² e com a área de 28,00 m², funções de arquivo e centro de documentação (cf. Anexo IV e V);

Foi condição do negócio entre as partes que a aprovação do direito de superfície aconteça simultaneamente com a aprovação do protocolo a firmar entre a CML, a ATL e a CIL, o que através desta data se concretiza a coberto da Proposta n.º 320/2016.

III) Análise da Proposta

III.1) Audição da Vereadora com o Pelouro da Cultura

Para a apreciação e emissão de parecer sobre a proposta n.º 327/CM/2016, procedeu-se em Reunião Conjunta da 1ª e 7ª Comissão, à audição da Vereadora do Pelouro da Cultura, Dra. Catarina Vaz Pinto, no dia 12 de julho de 2016. Abaixo estão reflectidas as opiniões expressas na audição da Comissão e os esclarecimentos da Vereadora.

Presidente da 7.ª Comissão, Simonetta Luz Afonso

Começou por fazer uma breve apreciação sobre o objeto da proposta, designadamente sobre a localização em Alfama do futuro Museu Judaico de Lisboa, salientando que a sua inclusão nas rotas turísticas e culturais actualmente existentes naquele bairro histórico de Lisboa constituirá uma mais-valia muito significativa para a compreensão do papel da comuna judaica na própria história de Lisboa e em particular no aprofundamento do estudo interpretativo das valências religiosas, sociais e culturais do próprio espaço urbano denominado *Judiaria de Alfama*.

Seguidamente referenciou, que da leitura feita da Proposta 327/CM/2016, não encontrou qualquer referência explícita relativamente ao modelo de gestão do futuro museu. Sobre esta questão, salientou que nos museus americanos é usual integrarem duas Direções, designadamente a financeira e a técnica. Conforme referiu, é importante que no futuro modelo de gestão, a CML estivesse representada pela EGEAC, uma vez que é esta empresa que detém o conhecimento técnico sobre a gestão dos museus municipais, acautelando a qualidade do programa das exposições, o estado de conservação do acervo, organização das coleções e a sua integração na própria rede dos museus da cidade.

Concluindo a sua intervenção, felicitou a CML pela iniciativa de criação do Museu Judaico, manifestando a sua concordância com a ideia subjacente ao projeto e referindo que a única dúvida que gostaria de ver esclarecida é qual será o modelo institucional e organizacional, do qual fará certamente parte a EGEAC, entidade a quem foram recentemente entregues os Museus Municipais.

Vereadora com o Pelouro da Cultura, Catarina Vaz Pinto

Na qualidade de coordenadora global do projeto, iniciou a sua intervenção com uma explicação um pouco mais detalhada sobre a natureza deste projeto que, conforme salientou, é singular e inovador, contendo alguma complexidade porque é a primeira vez que três entidades se associam para a criação de um museu a construir de raiz. E é igualmente a primeira vez que a CML entra como entidade externa, em articulação com a CIL, à qual se juntou a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) para operacionalizar o projeto.

É um projeto que já vem sendo acalentado há cerca de vinte anos e tem tardado em ser posto em prática.

O local para a instalação do museu é emblemático, tendo sido na zona de Alfama que existiu a antiga judiaria de Lisboa, fazendo todo o sentido esta decisão para a futura localização do museu.

A Organização do projecto passa pela doação da CML dos edifícios, alguns deles em direito de superfície, encontrando-se um deles em ruína. Existe um outro que faz o gaveto da Rua de S. Miguel com o Beco do Pocinho, que vai permitir alargar o museu, encontrando-se ainda do outro lado da rua mais dois pequenos edifícios da CML, que permitirão ali funcionar o Depósito do museu.

O processo desbloqueador deste projeto passou pela exigência que a CML fez à CIL, no sentido de fazerem um estudo de viabilidade, constituindo uma prática que actualmente a CML adopta em projectos congéneres. Neste estudo percebeu-se que faltava uma verba substancial para custear a construção do edifício, assim como para a sua manutenção.

A CML entendeu, face a este constrangimento orçamental, custear a parte correspondente à recuperação do edifício, ficando a CIL com a incumbência de arranjar um mecenas para financiar a exploração do museu. Com este propósito a CIL contactou a Fundação Altice, Patrick Drahi (APD) que se constituiu como mecenas para custear estes custos de exploração. Paralelamente, a Câmara já tinha aderido à Rede das Judiarias Portuguesas (RJP) - projeto importante para promover a memória judaica no país - que associa outros centros existentes, como os das cidades de Belmonte, Castelo de Vide, Tomar, tendo o Ministério da Cultura submetido uma candidatura à EEA Grants, que constitui um mecanismo financeiro europeu. Cerca de 18 cidades do país beneficiaram deste financiamento, tendo a CML conseguido, neste âmbito, um financiamento de quase 400 mil euros, para a musealização do museu. O protocolo prevê a criação de uma associação dos amigos do Museu Judaico de Lisboa, que complementará o apoio da fundação Drahi, nomeadamente na angariação de novos fundos para outras actividades e outros projetos.

Conforme referiu, o Projeto da criação deste museu integra várias entidades com fontes de financiamento diversas: CML, ATL, CIL, RJP e a Fundação APD. As estas entidades acrescentar-se-ão as redes particulares da própria CIL, e no futuro desenvolvimento do museu, os que vierem a ser angariados pela Associação de Amigos do Museu Judaico de Lisboa. Os fundos reunidos pelas cinco entidades possibilitaram a criação de condições financeiras para o arranque do projeto, através deste "protocolo-chapéu" aprovado em sede de Câmara e que define as obrigações das 3 entidades principais na sua fase inicial, pelo que constitui um instrumento essencial para a execução da obra.

Conforme salientou, existe a necessidade de dar celeridade a todo este processo, uma vez que os prazos de financiamento da RJP obrigam a que tudo esteja executado até Abril de 2017.

Neste processo há vários grupos a trabalhar em paralelo, nomeadamente:

- **grupo de projeto de arquitectura:** está entregue a Maria da Graça Costa Bachmannar, arquiteta da comunidade israelita;
- **grupo de conteúdos:** é constituído pela CIL, nomeadamente pela Prof. Esther Mucznik, fundadora da Associação Portuguesa de Estudos Judaicos e Vice-presidente da CIL, por um elemento do Museu de Lisboa (EGEAC), Dr. Paulo Fernandes e tem o apoio científico e técnico do Museu Nacional de Arte Antiga, através do seu Director-adjunto - José Alberto Seabra e do conservador-investigador - Anísio Franco.

- **grupo da obra:** é a ATL que está a fazer a gestão financeira e gestão da obra do conjunto, porque o dinheiro com que a CML vai entrar neste âmbito advém do fundo de desenvolvimento turístico. Existem ainda relações na área turística com a CIL, facto que justifica a sua integração neste processo.

O protocolo define como obrigações principais:

O direito de superfície da CML a favor da ATL – cabendo à associação custear os projetos de especialidade e gerir financeiramente o investimento necessário para a criação do museu, e também garantir o funcionamento do museu em condições a definir, porque o próprio protocolo na cláusula 7ª refere que ainda há um conjunto de decisões que têm que ser tomadas de comum acordo entre as partes, nomeadamente a CIL CML e ATL. Neste âmbito enquadra-se a aprovação dos projetos de arquitectura, a aprovação do programa museológico, assim como o projeto de museografia, definição do modelo institucional e organizativo do museu, definição dos pressupostos de gestão cultural: bilhética, seleção do diretor do museu, em suma, todas as tarefas necessárias à abertura do museu.

Na sessão da CML ficou decidido que todas estas tarefas terão que ser novamente aprovadas. Neste caso, para além do projeto de arquitectura, cuja nova aprovação é requerida, igualmente irá ser objecto de aprovação em futura reunião de câmara, o projeto museológico, de museografia, assim como a definição do modelo institucional e organizativo.

No projeto de museografia vai ser contratada uma empresa, trabalhando, naturalmente, com base no Programa Museológico que venha a ser definido.

O modelo institucional e organizativo irá ser uma peça chave no futuro de uma gestão comparticipada do museu, residindo aí a sua singularidade. No que concerne aos prazos, terá que ser definido até ao início do próximo ano, tendo naturalmente presente a Lei-quadro dos museus.

A Vereadora tem em mente **duas** tipologias de modelo organizacional, que irá discutir com os parceiros:

- 1 Diretor + Conselho Diretivo (onde estarão representadas a CML/EGEAC, a Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) e ATL);
- 1 Diretor + Conselho Diretivo (CML/EGEAC, CIL e ATL) + Conselho Consultivo (que será um órgão aberto à participação da sociedade civil).

A Vereadora referiu ainda que o Programa Museológico e o Projeto, bem como o modelo organizacional adoptado serão apresentados à AML.

Presidente da 7.ª Comissão

Sobre este ponto manifestou a sua adesão um modelo organizativo e institucional como o segundo descrito pela Senhora Vereadora que inclui um Diretor, um Conselho Diretivo, onde estão representadas a CML / EGEAC, a CIL e a ATL e um Conselho Consultivo que integre outras entidades, designadamente, universidades museus judaicos da Europa e do mundo, um membro da Associação dos Amigos do Museu Judaico de Lisboa, assim como personalidades da sociedade civil que tragam mais-valias para a vida do museu.

Conforme referiu, após a discussão destes processos com os parceiros do projeto, lembrou o que atrás tinha sido expresso pela Sra. Vereadora da Cultura no sentido de se disponibilizar a vir à 7.ª Comissão dar nota das soluções que vierem neste âmbito a ser definidas., trazendo para o efeito o Projeto e Programa-Base para uma análise mais cabal do modelo organizativo proposto para o museu.

Deputado Magalhães Pereira

Caracterizou o projeto como tendo dois vectores principais: o cultural e o financeiro e administrativo. No seu entender, referiu que o vector cultural não pode obnubilar o outro sendo necessário que este aspecto fique bem claro quanto a este ponto. No plano cultural, as dúvidas levantadas pela Sra. Presidente da 7.ª Comissão tiveram cabal esclarecimento por parte da exposição da Sra. Vereadora, não oferecendo dúvidas nessa matéria. Na sua óptica o problema central radica no vector financeiro, em particular suscitando dúvidas relativamente à ATL, caracterizando-a como uma entidade que não presta contas a Lisboa. A única pessoa que terá conhecimento da sua gestão será o Sr. Presidente da CML, que é simultaneamente Presidente da ATL. Não há relatório de contas, e a Assembleia Municipal não tem qualquer conhecimento do que se passa na gestão da ATL. Neste processo, sob o ponto de vista financeiro, só se sabe que a CML faz o direito de superfície à ATL. Conforme referiu, no âmbito da Comissão de Finanças tem as maiores reservas em relação à participação da ATL neste projeto.

Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva

Na sequência da intervenção do deputado Magalhães Pereira, a deputada Rosa Maria questionou a ausência da EGEAC na futura gestão do Museu Judaico de Lisboa, em detrimento da ATL. A confirmar-se esta versão, segundo esta Deputada, abrir-se-á um precedente de ingerência da ATL na gestão do museu.

Deputada Ana Gaspar

Referiu que o Museu Judaico de Lisboa ocupará um lugar que há muito a cidade de Lisboa anseia. Existe grande diversidade de correntes e sensibilidades na comunidade israelita. Esta realidade plural trará grande riqueza para o papel que o futuro museu poderá ter na compreensão da história da comunidade judaica em Lisboa e em Portugal. Igualmente partilha a ideia de que a EGEAC deverá ter um papel preponderante para a gestão futura do museu. O alargamento a outras entidades, através de um Conselho Consultivo, pode trazer uma mais-valia ao museu

Deputado Miguel Teixeira

O Museu Judaico de Lisboa constitui um valor acrescentado para a compreensão da história da cidade de Lisboa, aumentando a oferta cultural, assim como a oferta turística. Congratulou-se pelo facto do modelo de gestão não estar ainda fechado, permitindo ao fim de cinco anos fazer uma avaliação da sua gestão e, se for o caso, alterar-se o modelo de gestão. Concluindo, referiu que a actividade competitiva da marca de um país faz-se também através destes equipamentos.

Deputado Vasco Santos

Regozizou-se pelo surgimento de um museu judaico em Lisboa, e questionou porque a gestão era feita pela ATL e não a EGEAC. Perguntou ainda se a ATL vai prestar contas; procurou igualmente saber em que

moldes vai ser feito o modelo de gestão. Procurou igualmente saber se o projeto de arquitectura tinha em conta na sua programação o volume do acervo previsto na sua integração.

Presidente da 7.ª Comissão

Respondendo ao Deputado Vasco Santos, referiu que um museólogo não é um armazenista, mas antes, gere e adapta as colecções do acervo ao espaço existente.

António Furtado (Diretor Municipal do Património da CML)

Iniciou a sua intervenção procurando responder porque o direito de superfície é constituído em favor da ATL, referindo que esta questão não é a 1.ª vez que é suscitada, já tendo inclusivamente acontecido com o direito de superfície do Pavilhão Carlos Lopes em favor da ATL.

A ATL é uma entidade legalmente constituída, está devidamente habilitada a prosseguir a sua actividade e as suas contas, para além de serem aprovadas, são públicas.

No que concerne ao direito de superfície, lembrou que junto à proposta está inclusa uma planta que identifica os 4 imóveis sobre os quais incide o direito de superfície, sendo três deles já propriedade municipal e um restante em que foi autorizada a sua aquisição, estando neste momento no notariado, para que seja celebrado esse contrato. O direito de superfície é constituído sobre esses 4 prédios, e está também junto com a proposta, a respectiva caracterização de cada um desses prédios. Igualmente a proposta integra um estudo económico que suporta a constituição do direito de superfície contendo a avaliação desses imóveis e a determinação do valor da renda do direito de superfície.

Concluindo a sua intervenção esclareceu os deputados presentes sobre a questão dos valores calculados sobre o direito de propriedade dos edifícios da CML. O município não está transferir a propriedade destes imóveis. A participação do município neste projecto é a constituição do direito de superfície, assumindo aquilo que seria o valor do cânon superficiário (rendas superficiárias), como parte da sua participação no desenvolvimento deste projecto e como, de acordo com o modelo que foi definido de início, a participação da contraparte é o dobro daquela com que o município entra. Estas contas foram obviamente feitas neste contexto, e junto com o direito de superfície está a análise económica e as avaliações de mercado que permitiram chegar aquele valor.

Vereadora da Cultura

A ATL detém neste projecto basicamente um papel facilitador, e como se subentende do que foi já aqui explanado a gestão do museu vai ser tripartida, constituindo, como já referi, um projecto singular que congrega várias entidades, interesses e "Stakeholders", e que devido à sua natureza diversa, este é o modelo que está a ser seguido.

Deputado Magalhães Pereira

Todo o património do ATL foi cedido pela CML e a ATL tem sócios sobre o país inteiro. No plano financeiro existem muitas dúvidas sobre esta Proposta, não estando minimamente esclarecida a razão da ATL estar integrada neste projeto.

Presidente da 1.ª Comissão, Irene Lopes

O Relatório de avaliação está muito bem feito, contendo todos os elementos necessários sobre os direitos de superfície, bem como a avaliação dos imóveis, onde será instalado o museu, os quais vão ser objeto de cedência de direito de superfície por um período mínimo de 50 anos a favor da ATL

IV) Conclusões

Lisboa é das poucas cidades europeias que não tem um museu judaico e a presença da comunidade judaica no nosso país teve sempre grande relevância económica, social e cultural na história da cidade de Lisboa.

O Museu Judaico de Lisboa constitui um valor acrescentado para a compreensão da história da cidade de Lisboa, aumentando a oferta cultural, assim como a oferta turística.

O modelo institucional e organizativo irá ser uma peça chave no futuro de uma gestão comparticipada do museu, residindo aí a sua singularidade. No que concerne aos prazos, terá que ser definido até ao início do próximo ano, tendo naturalmente presente a Lei-quadro dos museus.

A presente proposta de criação de direito de superfície, assente numa avaliação económica fundamentada, é um projecto que consubstancia a contribuição da Câmara Municipal para a concretização deste projecto do Museu Judaico de Lisboa que é um projeto que já existe na Câmara há cerca de 20 anos e que ainda não conseguiu ver a luz do dia.

Está previsto que a Câmara também aprove o programa museológico, e o projeto de museografia, que defina o modelo institucional e aprovação do modelo organizativo. A CML irá estar presente num órgão dentro da estrutura do Museu o que permitirá fazer o acompanhamento permanente da actividade, considerando, as duas Comissões, o segundo modelo organizacional e institucional, apresentado pela Senhora Vereadora, como o mais adequado.

O Museu Judaico de Lisboa fará parte integrante da Rede Judiarias em Portugal, que possibilitará uma articulação em rede e de âmbito nacional.

O Museu prevê, no seu modelo institucional, vir a ser um centro agregador também das várias correntes Judaicas.

No plano da sua sustentabilidade financeira a Fundação Drahi terá um papel muito significativo quer no plano do investimento, quer no do seu funcionamento. Existe um fundo que pagará aquilo que já é estimado que sejam os défices operacionais e suportará as necessidades adicionais de investimento numa primeira fase, assim como suportará défices operacionais futuros.

A disponibilidade dos parceiros do fundo de desenvolvimento turístico em considerarem este projeto como um projeto a ser financiado no âmbito do desenvolvimento turístico e a disponibilidade da ATL para financiar a construção deste equipamento, traduz-se numa solução particularmente favorável para o município de Lisboa.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do regimento para emissão de parecer (data limite era 25 de julho).

Face a tudo quanto fica exposto, a proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa. As forças políticas e os deputados independentes reservam para plenário o seu sentido de voto.

V) Recomendação

Para permitir o acompanhamento permanente da atividade do futuro Museu Judaico de Lisboa, recomenda-se que a CML defina um modelo institucional e organizacional em que a CML/EGEAC esteja presente no órgão dentro da estrutura do Museu, preferencialmente segundo um modelo apresentado pela Senhora Vereadora da Cultura, Drª. Catarina Vaz Pinto:

Diretor mais Conselho Diretivo mais Conselho Consultivo

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

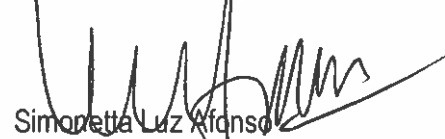
Lisboa, 19 de julho de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão




Irene Lopes

A Presidente da 7.ª Comissão



Simonetta Luz Afonso

A Deputada Relatora



Patrocínia Vale César